

# Tutorial MNI

De PJe

A integração entre sistemas, por meio da tecnologia “WebService”, garante a integridade, inviolabilidade e segurança dos processos judiciais, inclusive quanto ao sigilo processual, quando houver. O intercâmbio de dados é independente de implementações existentes em cada órgão ou instituições públicas e privadas, podendo ser acessado por pessoas físicas, jurídicas ou entidades.

O Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) representa o padrão para troca de informações processuais no âmbito do Poder Judiciário. A implementação dos serviços está sob responsabilidade dos Tribunais, Órgãos da Justiça e Instituições Privadas interessadas em aderir ao modelo.

Aos interessados em utilizar o MNI do PJe, cabe realizar as seguintes etapas:

- Implementar as operações detalhadas neste tutorial em seus respectivos sistemas;
- Cadastrar-se no PJe, utilizando usuário e senha. Para mais detalhes, acesse o Manual de utilização do PJe sem certificado digital ([http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual\\_de\\_utiliza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_PJe\\_sem\\_certificado\\_digital.pdf](http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual_de_utiliza%C3%A7%C3%A3o_do_PJe_sem_certificado_digital.pdf)) .
- Consumir os serviços do Webservice da instalação do PJe.

Para as demais documentações, acesse a página do modelo aqui (<http://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>) ou veja a descrição sobre interoperabilidade.

A lista de tribunais que já implantaram o serviço pode ser acessada aqui.

## Conteúdo

- 1 Acesso aos serviços do Webservice do PJe
- 2 Operações utilizadas
  - 2.1 1. entregarManifestaçãoProcessual
    - 2.1.1 Criando um processo
    - 2.1.2 Entrega Avulsa
    - 2.1.3 Respondendo aos expedientes do processo
  - 2.2 consultarProcesso
  - 2.3 consultarAvisosPendentes
  - 2.4 consultarTeorComunicacao
- 3 Operações secundárias - consultas complementares
  - 3.1 consultarAssuntosJudiciais
  - 3.2 consultarClassesJudiciais
  - 3.3 consultarCompetencias
  - 3.4 consultarJurisdicoes
  - 3.5 consultarOrgaosJulgadores
  - 3.6 consultarOrgaosJulgadoresColegiados
  - 3.7 consultarPapeis
  - 3.8 consultarPrioridadeProcesso
  - 3.9 consultarSalasAudiencia
  - 3.10 consultarTiposAudiencia
  - 3.11 consultarTiposDocumentoProcessual
  - 3.12 consultarTodosTiposDocumentoProcessual
  - 3.13 recuperarInformacoesFluxo
- 4 Possíveis erros

## Acesso aos serviços do Webservice do PJe

O PJe utiliza a tecnologia Webservice para disponibilizar o acesso às informações processuais e garantir a interoperabilidade do sistema. O acesso ao Webservice ocorre através do diretório de serviços conhecido como WSDL. Para cada instalação do PJe há um conjunto de serviços disponíveis que estarão configurado conforme o detalhamento abaixo.

- **Web Service:** <http://ENDEREÇO DA APLICAÇÃO DO PJe/intercomunicacao?wsdl>
- **Consultas complementares:** <http://ENDEREÇO DA APLICAÇÃO DO PJe/ConsultaPJe?wsdl>

Além disto, o CNJ disponibiliza um ambiente de testes para que implementações externas possam acessar o Webservice do PJe. Este ambiente tem como objetivo de auxiliar a equipe de desenvolvimento no consumo dos serviços disponíveis no PJe.

- **Ambiente de testes (CNJ):** <https://wwwh.cnj.jus.br/pjemni-2x/intercomunicacao?wsdl>

**NOTA:** Para validação dos XML's, pode-se utilizar a ferramenta gratuita "SOAPUI".

## Operações utilizadas

Atualmente o PJe possui 4 serviços dos 6 previstos no MNI. Os 4 serviços implementados atendem as necessidades comuns de interoperabilidade das informações processuais como Peticionamento Eletrônico, Entrega Avulsa, Consulta de Processo, Consulta de Avisos Pendentes e Ciência de Comunicação:

1. **entregarManifestaçãoProcessual** - com a utilização dessa operação será possível criar um processo na base de dados do PJe, anexar documentos a um processo já criado, e também, responder a expedientes em aberto.
2. **consultarProcesso** - permite visualização do processo, obedecendo aos critérios de permissão de papéis.
3. **consultarAvisosPendentes** - verifica se há avisos de comunicação ou expedientes pendentes de ciência, retornando um id que identifica o aviso.
4. **consultarTeorComunicacao** - consulta o conteúdo da comunicação (ou expediente), baixando o documento para leitura, e dá ciência da sua visualização. Para utilizar este serviço, há necessidade de identificar o id do aviso, consultado por meio do serviço consultarAvisosPendentes.

1. entregarManifestaçãoProcessual

O serviço **entregarManifestacaoProcessual** permite a execução das seguintes atividades: **Peticionamento, Entrega Avulsa e Resposta de Expediente**. Pelo **peticionamento** será possível criar um processo na instalação do PJe. Se o processo já existir, as operações **Entrega Avulsa** ou **Resposta de Expediente** atualizará um processo já cadastrado no PJe, via WebService. No primeiro caso, a entrega de manifestação deverá conter a numeração do processo que já esteja cadastrado PJe e, ao identificar o processo, o sistema irá incluir os documentos que tiverem anexados. O segundo caso, a **Resposta de Expediente**, é possível responder uma manifestação processual pendente. A partir dos serviços **consultarAvisosPendentes** e **consultarTeorComunicacao** é possível recuperar a lista de expedientes que precisam de resposta. A entrega de manifestação que conter o parâmetro **"mni:idsProcessoParteExpediente"** com a lista de identificadores separados por ponto e vírgula irá executar dentro do PJe a atividade de **Resposta de Expediente**, e os arquivos em anexo serão inseridos no sistema e a situação daquele expediente passará para respondido.

Criando um processo

O tratamento das informações básicas de cada petição segue as regras definidas internamente na instalação do PJe, como classes, polos, assuntos entre outros atributos. Caso alguma regra interna do PJe não seja respeitada, o envio da petição apresentará um erro e sua possível causa. Por exemplo, a primeira instância pode definir o tipo de pessoa do polo ativo para uma determinada classe, se este tipo não estiver correto na mensagem encaminhada ao WebService, o sistema recusará informando o problema ocorrido. Abaixo seguem os parâmetros que podem ser utilizados no peticionamento:

Clique aqui (<http://www.pje.jus.br/wiki/images/9/95/EntregaManifestacaoAdvogado.xml>) para acessar um exemplo do serviço.

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idManifestante	int	Sim	O identificador do órgão de representação processual (MP, defer que efetiva a manifestação. O ideal é que esse identificador seja Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) ou o registro individual do processo judicial de uma instância para outra, o identificador de
senhaManifestante	string	Sim	A senha de acesso do órgão de representação processual (MP, de advogado, devendo conter de 8 a 64 caracteres, mesclando-se let de utilização do PJe sem certificado digital. ( <a href="http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual_de_utiliza%C3%9">http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual_de_utiliza%C3%9</a>
Dados Básicos			
classeProcessual	int	Sim	Número identificador da classe processual, segundo o padrão es Processuais Unificadas. ( <a href="http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publico_acordo_com_a_configuracao_de_classes_para_cada_jurisdicao">http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publico_acordo_com_a_configuracao_de_classes_para_cada_jurisdicao</a> ). Para consultarClassesJudiciais.
codigoLocalidade	int	Sim	Códigos das seções/subseções (jurisdição) da instalação do PJe. P "consultarJurisdicoes()".
competencia	int	Não	Identificador da competência a que ele se destina. O parâmetro Jurisdição de peticionamento, houver potencial conflito de comp possuem mais de um Órgão Julgador para o processo ser distrib competência será realizado o peticionamento conforme a config disponibilizadas no consultarCompetencias.
processoVinculado	cnj:tipoVinculacaoProcessual	Não	Elemento destinado a permitir a indicação da existência de um c
modalidadeVinculacaoProcesso	string	Não	Tipo de elemento destinado a permitir a identificação entre proc (apenso); 'AR' (ação rescisória) 'CD' (competência delegada); 'CT' ( 'OG' (originário); 'OR' (outro tipo de associação que não os anteri (repercussão geral); 'RR' (recurso repetitivo).
prioridade	string	Não	Elemento destinado a permitir a identificação da existência de p aquelas que não são resultado direto da identificação da classe p segurança). Na versão 2.0, será texto livre, mas é recomendável "IDOSO" "RÉU PRESO" "PERECIMENTO" "MENOR"
valorCausa	int	Não	Valor da relação jurídica. Não usar caracteres especiais, apenas
assistenciaJudiciaria	bollean	Não	Atributo que define se o processo terá assistência judiciária às p
nivelSigilo	int	Sim	Nível de sigilo a ser aplicado ao processo. Dever-se-á utilizar os s servidores do Judiciário e dos demais órgãos públicos de colabor aos advogados e a qualquer cidadão - 1: segredo de justiça, acess dos órgãos públicos de colaboração na administração da Justiça acessível aos servidores do Judiciário e aos demais órgãos públi 3: sigilo médio, acessível aos servidores do órgão em que tramita incidente e àqueles que forem expressamente incluídos - 4: sigil qualificados (magistrado, diretor de secretaria/escrivão, oficial c processo, às partes que provocaram o incidente e àqueles que fo acessível apenas ao magistrado do órgão em que tramita, aos se partes que provocaram o incidente.

dataAjuizamento	string	Não	Este atributo corresponde a data de autuação do processo e sem processo após uma consulta. Observação: Na entrega da manifes
outroParametro	string	Não	Atributo genérico, podendo ser usado em diversas situações, tais valor="Andamento" nome="mni:situacaoProcesso" - Indica a situ TO DO
<b>Polo</b>			
polo	string	Sim	Sigla para identificação do tipo de polo. Para polo ativo, usar "At da lei diverso; "TJ" = Testemunha do juízo; "AD" = Assistente sim
<b>Pessoa Parte</b>			
nome	string	Sim	Nome da parte que compõe o polo do processo.
sexo	string	Não	Correspondente a pessoa parte, onde "M" masculino; "F" feminin
nomeGenitor	string	Não	Nome completo do pai da pessoa parte.
nomeGenitora	string	Não	Nome completo da mãe da pessoa parte.
dataNascimento	string	Não	Data do nascimento no formato AAAAMMDD.
dataObito	string	Não	Data do falecimento no formato AAAAMMDD.
numeroDocumentoPrincipal	int	Não	Número do documento principal da pessoa parte, devendo ser u ordem, ou o CNPJ para pessoas jurídicas. O atributo é opcional e documentos ou cujos dados não estão disponíveis.
tipoPessoa	string	Sim	Indicar qual o tipo de pessoa que será integrante do processo. Ex "fisica"; "juridica"; "autoridade"; "orgaorepresentacao".
ns3:pessoaVinculada	cnj:tipoPessoa	Não	Indicação da existência de um relacionamento entre uma autori representa. Exemplo: a escola é vinculada a seu diretor ou reitor
cidadeNatural	string	Não	Local de nascimento da pessoa parte.
estadoNatural	string	Não	Estado de nascimento da pessoa parte. A implementação de codi do campo como se tratando da sigla de duas letras identificador
nacionalidade	string	Não	País de nascimento da pessoa parte. Exemplo: "BR"-Brasil. Dever 3166-1-alpha-2 ( <a href="http://www.iso.org/iso/english_country_names_a">http://www.iso.org/iso/english_country_names_a</a>
codigoDocumento	string	Sim	Número do documento identificador vinculado ao tipo de pesso etc. São uma sequência de caracteres que tornam único o docum
emissorDocumento	string	Sim	Entidade emissora do documento. Exemplo: SSP, Cartórios, Justi
tipoDocumento	string	Sim	Elemento destinado a permitir a identificação dos diversos tipos se de enumeração dos seguintes tipos: - CI: carteira de identidat título de eleitor - CN: certidão de nascimento - CC: certidão de ca trabalho - RIC: registro individual do cidadão - CMF: cadastro no número no programa de integração social - CEI: cadastro especifi trabalho - CP: cadastro em conselhos profissionais - IF: identidac dos Advogados do Brasil - RJC: número de inscrição empresarial
nome	string	Sim	Nome da parte detentora do documento.
outroNome	string	Não	Elemento destinado a permitir a inclusão de outros nomes da pe esse elemento os nomes que NÃO constam em documentos espe principal existentes em documentos específicos, esses nomes de documento.
<b>Endereço</b>			
cep	int	Não	CEP da parte do processo. Atributo indicador do código de ende nacional de endereços da ECT. O valor deverá ser uma sequênci é opcional para permitir a apresentação de endereços desprovi
logradouro	string	Sim	Logradouro vinculado ao CEP, tais como as ruas, avenidas, praça
numero	string	Não	Número vinculado ao CEP, podendo ser número da casa, aparta
complemento	string	Não	Dados adicionais do endereço.
bairro	string	Sim	Parte que compõe a cidade, devendo ser vinculada ao CEP.
cidade	string	Sim	Vinculada ao CEP, ou seja, nome da zona geográfica onde se agr
estado	string	Sim	Sigla do Estado brasileiro, composto por duas letras. Ex: DF
pais	string	Sim	Sigla referente ao país do Estado que compõe o endereço, comp preferencialmente, o código ISO-3166-1-alpha-2 ( <a href="http://www.iso.org/iso/english_country_names_and_code_eleme">http://www.iso.org/iso/english_country_names_and_code_eleme</a>
<b>Representante Processual</b>			
intimacao	boolean	-	Indicativo verdadeiro (true) ou falso (false) relativo à escolha de ser o(s) preferencial(is) para a realização de intimações.
nome	string	Sim	Nome do advogado ou do escritório de advocacia ou órgão de re defensoria pública. A identificação relativa a se tratar de advoga numeroDocumentoPrincipal, caso se trate de CPF, deverá ser tra escritório de advocacia ou órgão de representação de interesses
inscricao	string	Não	Inscrição do advogado ou escritório de advocacia no cadastro de ser preenchido no formato CCDDDDDDDC, sendo os primeiros 'C federativa brasileira em que há a inscrição, os sete dígitos 'D' seg zeros ('0') à esquerda caso o número tenha menos de 7 dígitos e inscrição.
numeroDocumentoPrincipal	string	Não	O número RIC ou o CPF, para advogados, ou o CNPJ, para escritó processual (MP, advocacia pública e defensoria pública).

tipoRepresentante	string	Sim	Atributo que permite indicar o tipo de representante processual: Ministério público; "D" Defensoria pública; "P" outros órgãos de pública em geral).
Assunto Processual			
principal	boolean	-	Indica se o assunto será o principal do processo.
codigoNacional	int	Sim	Código do assunto processual, segundo SGT. ( <a href="http://www.cnj.jus.br/codigos">http://www.cnj.jus.br/codigos</a> ) por meio do serviço consultarAssuntosJudiciais.
assuntoLocal	tns:tipoAssuntoLocal	Não	Elemento destinado a que se possa informar um assunto criado nacional unificada (SGT. ( <a href="http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica">http://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica</a> )).
assuntoLocalPai	tns:tipoAssuntoLocal	Não	Assunto local que é o pai imediato deste assunto, se o pai não foi informado.
codigoAssunto	int	Não	Atributo destinado a incluir a informação relativa ao código numérico do assunto.
codigoPaiNacional	int	Não	Atributo destinado à entrada do código de assunto nacional de origem.
descricao	string	Não	Texto descritivo do assunto processual.
Documento			
idDocumento	string	Não	Identificador do Documento.
idDocumentoVinculado	string	Não	Identificador do documento principal caso este documento seja vinculado.
tipoDocumento	string	Sim	Código do tipo de documento disponível no serviço "ConsultaPJe". O código variará dependendo da instalação do PJe.
dataHora	string	Não	Sequencia de ano+dia+mês/hora+minuto+segundo. Atributo destinado a informar a data e hora em que o documento foi recebido pelo Poder Judiciário. É opcional.
descricao	string	Não	Descrição do documento.
hash	string	Não	Resumo matemático do documento enviado pelo algoritmo SHA-1.
nivelSigilo	int	Sim	Nível de sigilo a ser aplicado à comunicação. Dever-se-á utilizar todos os servidores do Judiciário e dos demais órgãos públicos de acordo com a classificação de sigilo: 1: segredo de justiça; 2: sigilo de servidores dos órgãos públicos de colaboração na administração da Justiça; 3: sigilo médio, acessível aos servidores do Judiciário, às partes que forem excluídas de colaboração na administração da Justiça; 4: sigilo mínimo, acessível aos servidores do Judiciário, às partes que forem excluídas de colaboração na administração da Justiça e àqueles que forem excluídos de colaboração na administração da Justiça; 5: sigilo absoluto, acessível apenas ao magistrado do órgão em que tramita o processo, às partes que lhe deram início e aqueles que forem excluídos de colaboração na administração da Justiça e àqueles que forem excluídos de colaboração na administração da Justiça.
tipoDocumento	string	Sim	Atributo destinado a permitir a indicação do código nacional do tipo aqui indicado deve ser um dos tipos de documento ou petição previstas na <b>[Resolução CNJ 46]</b> ( <a href="http://www.cnj.jus.br/busca-ato-normativo">http://www.cnj.jus.br/busca-ato-normativo</a> ), caso contrário, deve, necessariamente, ser informado.
conteudo	xs:base64Binary	Sim	Arquivo convertido em Base64.
mimetype	string	Sim	Tipo do arquivo que será enviado, seguindo o seguinte domínio: pdf (máximo até 3Mb), mpeg (máximo até 5Mb), png (máximo até 3Mb), mp4 (máximo até 10Mb).
Assinatura			
assinatura	string	Sim	Contem os dados em Base64 do arquivo de assinatura do documento. O documento deve ser assinado com P7S, é necessário informar os dados da assinatura.
algoritmoHash	string	Sim	Algoritmo utilizado para gerar a assinatura: MD5withRSA, SHA1withRSA, SHA256withRSA. Atualmente, o mais utilizado é o SHA256withRSA.
cadeiaCertificado	string	Sim	String do certificado. Caso seja do tipo PEM é necessário incluir o texto "-----BEGIN CERTIFICATE-----".
codificacaoCertificado	string	Sim	Codificação utilizada no certificado: "PEM" ou "PkPath".
dataAssinatura	tipoData	Não	Data e Hora da assinatura, obedecendo a sequencia de ano+dia+hora+minuto+segundo.
signatarioLogin	cnj:tipoSignatarioSimples	Não	Informação referente a signatário que fez uso de login e senha para assinar o documento.

tornar participante.  
Essa numeração pertencerá apenas a aplicação atual do PJe (jurisdição), ou seja, para outras aplicações do PJe a numeração será considerada inexistente.  
Ao peticionar um processo, o sistema verificará se o solicitante já está cadastrado como parte no processo. Quando o mesmo já compor a parte no processo, seu peticionamento será negado. Apenas usuários que não figurarem como parte, poderão peticionar.  
Quando o usuário for advogado ou procurador, e estes já estiverem habilitados no processo, deverão utilizar o procedimento normal de peticionamento digital. Somente advogados e procuradores podem assinar digitalmente as petições avulsas.

Para acessar um exemplo de código xml, clique aqui. (<http://www.pje.jus.br/wiki/images/f/f9/PeticionamentoAvulsoPDF.xml>)

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idManifestante	int	Sim	O identificador do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública que efetiva a manifestação. O ideal é que esse identificador seja o número de inscrição do manifestante no Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) ou o registro individual do cidadão (RIC). No caso de transferência de processo judicial de uma instância para outra, o identificador deverá ser o tribunal remetente.
senhaManifestante	string	Sim	A senha de acesso do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública, advogado, devendo conter de 8 a 64 caracteres, mesclando-se letras e números. Para mais detalhes de utilização do PJe sem certificado digital. ( <a href="http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual_de_utiliza%C3%A7%C3%A3o_do_PJe_sem_certificado_digital.pdf">http://www.pje.jus.br/wiki/images/2/27/Manual_de_utiliza%C3%A7%C3%A3o_do_PJe_sem_certificado_digital.pdf</a> )
numeroProcesso	int	Sim	Possuir o número do processo no qual deseja fazer um peticionamento avulso. O número do processo deve estar de acordo com as regras definidas pela Resolução 65.
orgaoJulgador - codigoOrgao	string	Não	Identificador do órgão julgador do processo. Os id's podem ser consultados por meio do serviço consultarOrgaosJulgadores.
orgaoJulgador - nomeOrgao	string	Não	Descrição do órgão julgador do processo. Os nomes podem ser consultados por meio do serviço consultarOrgaosJulgadores.
Documento			
idDocumento	int	Não	Identificador do documento.
idDocumentoVinculado	int	Não	Identificador do documento principal caso este documento seja um anexo.
tipoDocumento	string	Sim	Código do tipo de documento disponível no ConsultaPJe - Ex.: 58 - Petição Inicial, 118A - Informação
dataHora	date	Não	Data e hora da inclusão do documento.
mimetype	string	Sim	Tipo do arquivo que será enviado, seguindo o seguinte domínio: application/pdf ou html/text".
nivelSigilo	int	Não	Onde, os valores são de 0 a 5, 0 sem sigilo e > 0 sigiloso.
hash	string	Não	Hash do conteúdo do documento.
descricao	string	Não	Descrição do documento.
tipoDocumentoLocal	int	Não	Sem regra.
conteudo	string	Sim	O conteúdo do arquivo P7S deve ser convertido para Base64 conforme a string abaixo <div>Note que para os arquivos P7S não há necessidade das tags de assinatura e cadeia de certificado pois estes dados estão codificados no conteúdo do arquivo.</div>
Assinatura			
assinatura	string	Sim	Contem os dados em Base64 do arquivo de assinatura do documento. Para arquivos em PDF ou P7S, é necessário informar os dados da assinatura.
algoritmoHash	string	Sim	Algoritmo utilizado para gerar a assinatura: MD5withRSA, SHA1withRSA, SHA256withRSA ou SHA384withRSA. Atualmente, o mais utilizado é o SHA256withRSA.
cadeiaCertificado	string	Sim	String do certificado. Caso seja do tipo PEM é necessário incluir inclusive as strings "BEGIN CERTIFICATE".
codificacaoCertificado	string	Sim	Codificação utilizada no certificado: "PEM" ou "PkiPath".
dataEnvio			
dataEnvio	string	Sim	Data e Hora de envio, obedecendo a sequência de ano+mês+dia+hora+minuto+segundo (ex.:201

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
sucesso	boolean	Indica se houve sucesso na entrega do peticionamento.
mensagem	string	Mensagem que indica o retorno com sucesso do peticionamento.
protocoloRecebimento	int	Número do processo que foi peticionado o documento.
dataOperacao	string	Data e hora do peticionamento avulso.
recibo	xs:base64Binary	Comprovante do protocolo do processo, que contém os dados básicos do processo.

Respondendo aos expedientes do processo

Para concretizar a comunicação processual (usando o serviço "consultarAvisosPendentes"), será necessário que se tome ciência de algum ato de comunicação, antes de responder aos expedientes do processo. Para tomar ciência da comunicação, obrigatoriamente, o serviço "consultarTeorComunicacao" deverá ser usado. Somente assim será possível responder ao expediente, usando os parâmetros **nome** "mni:idsProcessoParteExpediente" e o valor com a sequência de ID´s dos expedientes.

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idManifestante	int	Sim	CPF ou CNPJ do usuário que deseja acessar o sistema. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
senhaManifestante	int	Sim	Senha cadastrada pelo usuário do sistema. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
numeroProcesso	int	Sim	Número do processo que se deseja responder o expediente. O número do processo judicial deve estar de acordo com as regras definidas pela Resolução 65.
Documento			
dataHora	string	Não	Sequencia de ano+dia+mês/hora+minuto+segundo. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
descricao	string	Não	Descrição do documento. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
hash	string	Não	Resumo matemático do documento enviado pelo algoritmo SHA-256. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
mimetype	string	Sim	Tipo do arquivo que será enviado. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
nivelSigilo	int	Não	Nível de sigilo a ser aplicado à comunicação. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
tipoDocumento	string	Sim	Atributo destinado a permitir a indicação do código nacional do tipo de documento que está sendo enviado. O tipo aqui indicado deve ser um dos tipos de documento ou petições previstos nas tabelas de complementos previstas na [Resolução CNJ 46 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2615%7C) ]. O código do tipo deve, necessariamente, ser informado. É o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
conteudo	xs:base64Binary	Sim	Arquivo convertido em Base64. o mesmo parâmetro utilizado no peticionamento do processo.
Assinatura (contendo todos os parâmetros obrigatórios descritos no peticionamento do processo.)			
dataEnvio	string	Não	Data e hora do envio do expediente, seguindo o padrão ano+mês+dia+hora+minuto+segundo.
Parâmetros			
nome="mni:idsProcessoParteExpediente"	string	Sim	Atributo do objeto "ManifestacaoProcessual", que define que a entrega será uma resposta de um expediente.
valor="?"	int	Sim	Sequência de ID´s dos expedientes (documentos), separados por ";," caso haja mais que um expediente. Utilize o serviço consultarAvisosPendentes para recuperar a lista de id's.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
sucesso	bollean	Indica se houve sucesso na entrega da resposta do expediente.
mensagem	string	Manifestação processual recebida com sucesso.
protocoloRecebimento	int	Número do processo que foi gerado na requisição.
dataOperacao	string	Data e hora da resposta da requisição.
recibo	string	Comprovante do protocolo do processo, que contém os dados básicos do processo.

consultarProcesso

O serviço **consultarProcesso** retorna um processo judicial se o nível de sigilo interno permitir a consulta pelo requerente. O retorno da requisição consiste no processo em si, com as informações dos polos, classe, assunto, movimentações entre outras informações conforme especificação do serviço.

Para acessar um exemplo de código xml, clique aqui (http://www.pje.jus.br/wiki/images/7/7b/ConsultarProcesso.xml) .

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idConsultante	int	Sim	O identificador do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado que efetiva a consulta. O ideal é que esse identificador seja o número de inscrição do consultante no Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) ou o registro individual do cidadão(RIC).
senhaConsultante	int	Sim	A senha de acesso do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado.

numeroProcesso	int	Sim	O número do processo judicial, conforme as regras definidas pela Resolução 65.
dataReferencia	date	Não	Data não obrigatória, utilizada para restringir a pesquisa.
movimentos	boolean	Não	Se true exibe a estrutura com lista de movimentos do processo.
incluirCabecalho	boolean	Não	Se true exibe o cabeçalho com os dados básico do processo.
incluirDocumentos	boolean	Não	Se true exibe a estrutura com a lista de documentos do processo.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
sucesso	boolean	Indica se houve sucesso na consulta do processo.
mensagem	string	Mensagem informando que o processo foi consultado com sucesso.
recibo	xs:base64Binary	Comprovante do protocolo do processo, que contém os dados básicos do processo.

consultarAvisosPendentes

A operação **consultarAvisosPendentes** serve para pesquisar se há alguma comunicação em aberto para uma parte do processo (ou expedientes pendentes de ciência), podendo ser intimações, notificações, citações, etc. Pode ser específica em relação a uma parte representada ou relativa aos processos em que o consultante opera como órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública, escritório de advocacia e advogado).  
O retorno da operação listará todas os id's das comunicações destinadas à pessoa parte ou seu representante legal. Caso não haja aviso pendente, o retorno será uma lista vazia.

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idRepresentado	int	Não	CPF ou CPNJ da pessoa parte a quem se destina a comunicação processual.
idConsultante	int	Sim	O identificador do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado que efetiva a consulta. O ideal é que esse identificador seja o número de inscrição do consultante no Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) ou o registro individual do cidadão(RIC).
senhaConsultante	string	Sim	A senha de acesso do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado.
dataReferencia	string	Não	Data base para realização da pesquisa de comunicações. O retorno da requisição apresentará todas as comunicações abertas até a data informada.
tipoPendencia	string	Não	Definidor dos tipos possíveis de comunicações pendentes: 'PC' (pendentes de ciência); 'PR' (pendentes de resposta); 'AM' (ambos).

consultarTeorComunicacao

O serviço **consultarTeorComunicacao** consulta o teor específico de uma comunicação processual pendente (ou um expediente pendente). No ato desta consulta, se o expediente em questão está pendente de ciência, o sistema registra automaticamente a ciência desse expediente. O retorno dessa operação consiste em baixar o documento e ver o seu conteúdo, dando ciência no teor e iniciando a contagem de prazos do processo.

Parâmetros de entrada

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
idRepresentado	int	Sim	CPF de uma das partes representado.
idConsultante	int	Sim	O identificador do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado que efetiva a consulta. O ideal é que esse identificador seja o número de inscrição do consultante no Ministério da Fazenda (CPF ou CNPJ) ou o registro individual do cidadão(RIC).
senhaConsultante	int	Sim	A senha de acesso do órgão de representação processual (MP, defensoria pública, advocacia pública) ou do advogado.
numeroProcesso	int	Sim	Número do processo utilizado para consultar o documento da comunicação.
identificadorAviso	int	Sim	Id do aviso pendente de ciência.

Para acessar um exemplo de código xml, clique aqui. (<http://www.pje.jus.br/wiki/images/1/10/ConsultarTeorComunicacaoExemplo.xml>)

Operações secundárias - consultas complementares

Com o objetivo de auxiliar no envio de algumas informações, o PJe fornece serviços de consulta sobre configurações e tabelas básicas referentes à instalação do PJe. Para utilizar as operações, utilize o endereço **http://ENDEREÇO DA APLICAÇÃO DO PJe/ConsultaPJe?wsdl**. Abaixo segue a descrição de cada uma das operações.

consultarAssuntosJudiciais

O serviço **consultarAssuntosJudiciais** consulta o assunto judicial informado e retorna uma lista de assuntos processuais disponíveis no PJe para o peticionamento eletrônico, conforme a Jurisdição e Classe informados.  
O código é utilizado para definir o parâmetro **códigoNacional** no assunto da mensagem, quando o serviço

**entregarManifestacaoProcessual** for utilizado.  
O retorno dessa operação será o código e a descrição do assunto.

**Parâmetros de entrada**

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
id	int	Sim	Id da Jurisdição.
codigo	int	Sim	Código da classe.

**consultarClassesJudiciais**

O serviço **consultarClassesJudiciais** irá retornar uma lista de classes judicias utilizadas em uma jurisdição.

**Parâmetros de entrada**

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
id	int	Sim	Id da Jurisdição.

**consultarCompetencias**

O serviço **consultarCompetencias** consulta a competência e retorna uma lista de competências disponíveis no PJe, conforme a Jurisdição, Classe e Assunto informados.

**Parâmetros de entrada**

Parâmetro	Tipo	Obrigatório?	Descrição
id	int	Sim	Id da competência.
codigo	int	Sim	Código da classe.
codigo	int	Sim	Código do assunto.

**consultarJurisdicoes**

O serviço **consultarJurisdicoes** consulta a(s) jurisdição(ões) utilizada(s) no endereço do arquivo WSDL. Não há parâmetro de entrada e o retorno apresenta a descrição da jurisdição e o id do código da jurisdição.

**Parâmetros de saída**

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome da jurisdição cadastrada.
id	int	Exibe o id referente à jurisdição que foi apresentada.

**consultarOrgaosJulgadores**

O serviço **consultarOrgaosJulgadores** consulta quais órgãos compõem a jurisdição utilizada no endereço do arquivo WSDL. Não há parâmetro de entrada e o retorno deste serviço apresenta todos os órgãos julgadores cadastrados no PJe.

**Parâmetros de saída**

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome do órgão julgador cadastrado.
id	int	Exibe o id referente ao órgão julgador que foi apresentado.

**consultarOrgaosJulgadoresColegiados**

O serviço **consultarOrgaosJulgadoresColegiados** retornará a lista de órgãos julgadores colegiados disponíveis na instalação do PJe. Não há parâmetro de entrada e no retorno do serviço lista todos os órgãos julgadores colegiados cadastrados no PJe, de acordo com a instalação fornecida no endereço wasdl.

**Parâmetros de saída**

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome do órgão julgador colegiado cadastrado.
id	int	Exibe o id referente ao órgão julgador colegiado que foi apresentado.



consultarPapeis

O serviço **consultarPapeis** apresenta quais são as permissões de papéis do CPF/CNPJ informado no parâmetro de consulta. Para a versão atual do MNI não há um parâmetro que defina o perfil do usuário e isso impossibilita que usuários com várias localizações defina qual operfil desejado no momento da utilização do serviço.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
identificador	int	Número do identificador do usuário cadastrado com o devido papel.
nome	string	Nome do usuário cadastrado/papel.

consultarPrioridadeProcesso

O serviço **consultarPrioridadeProcesso** não possui parâmetro de entrada e seu retorno consiste em apresentar quais são as prioridades processuais existem para a instalação do PJe onde será utilizado o MNI.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome da prioridade do processo cadastrada.
id	int	Exibe o id referente à prioridade que foi apresentada.

consultarSalasAudiencia

O serviço **consultarSalasAudiencia** possui parâmetro de entrada e seu retorno consiste em apresentar os dados referente à sala de audiência informada através do Id cadastrado no PJe.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
id	int	Exibe o id referente à sala de audiência que foi apresentada.

consultarTiposAudiencia

O serviço **consultarTiposAudiencia** retorna todos os tipos de audiência cadastrados no PJe, com a descrição e id correspondente à cada tipo de audiência.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome do tipo de audiência cadastrado.
id	int	Exibe o id referente ao tipo de audiência que foi apresentada.

consultarTiposDocumentoProcessual

TO DO

consultarTodosTiposDocumentoProcessual

O serviço **consultarTodosTiposDocumentoProcessual** lista os tipos de documentos processuais, com seu código e descrição, todos específicos para a instalação do PJe que utilizará o MNI.

Parâmetros de saída

Parâmetro	Tipo	Descrição
descricao	string	Nome do documento processual cadastrado.
codigo	int	Exibe o código referente ao tipo de documentos processual que foi apresentado.

recuperarInformacoesFluxo

TO DO

## Possíveis erros

Mensagem	Orientação
Erro ao protocolar processo: a classe judicial escolhida 'Exige ente ou autoridade' no polo ativo ou passivo.	A classe escolhida exige a presença de um Ente ou Autoridade em um dos polos. Nesses casos, as tags que compõe a <b>Pessoa Parte</b> deverão conter, obrigatoriamente, os parâmetros <b>tipoPessoa="autoridade"</b> e <b>nome="Nome da autoridade"</b> . Já os dados da Autoridade devem ser representados pela pessoa vinculada. Para acessar um exemplo de código xml, clique aqui. ( <a href="http://www.pje.jus.br/wiki/images/6/69/EntregaManifestacaoComAdvogadoAT-AutoridadePA.xml">http://www.pje.jus.br/wiki/images/6/69/EntregaManifestacaoComAdvogadoAT-AutoridadePA.xml</a> )
O expediente <número do expediente> não pode ser respondido. Favor verificar as condições: se o expediente está fechado ou se o expediente não teve ciência dada ou se o usuário não tem permissão para responder o expediente.	Erro no expediente. Verificar qual das situações ocasiona a exceção.
Acesso não Autorizado!	Problemas de autenticação. Deve-se verificar o login e senha de acesso ao sistema, informando um valor para o parâmetro 'idManifestante' ou 'senhaManifestante'.
Documento de identificação não informado para parte '<nome da parte>'	Como regra do MNI, após as tags que definem a pessoa parte de um dos polos, existe a necessidade de listar os tipos de documentos vinculados a pessoa. Para evitar tal erro, utilizar a tag <b>&lt;documento nome="?" tipoDocumento="?" emissorDocumento="?" codigoDocumento="?"&gt;</b> para indicar os documentos de identificação.
O advogado "<nome do advogado>", usuário manifestante, deve ser informado como representante de ao menos uma parte do polo ativo.	Se o usuário manifestante for um advogado, obrigatoriamente, deverá ser representante de uma parte do polo ativo.
Processo de número "<número do processo>" não encontrado!	O sistema valida se o usuário consultante tem permissão de acesso a processos sigilosos.
Número da classe judicial "<código da classe>" inválido!	O sistema verifica que o usuário informou um número de classe inválido, e apresenta a mensagem de sucesso com valor "false" e a mensagem que a classe escolhida não existe.
codigoLocalidade "<id da jurisdição>" inválido!	O sistema verifica que o usuário o usuário informou um codigoLocalidade inválido, que não está cadastrado no sistema, e apresenta a mensagem "jurisdição não encontrada".
Assunto de código "<id do assunto>" inválido	O assunto informado não pertence a classe judicial escolhida. Nesses casos, recomendamos utilizar o serviço consultarAssuntosJudiciais.
dao.sgbd.error.propertyValue	Erro genérico, sendo necessária uma análise no código.
Há mais de uma competência possível para o processo: <id> Plenário, <id> Corregedoria	Existe mais de uma competência possível na jurisdição referente à classe, assuntos ou partes selecionadas. Será necessário realizar uma consulta de Competência (consultarCompetencias) e informar seu código em <b>competencia="?"</b> .
Usuário ou senha inválidos.	Ocorre quando é informado um ou mais parâmetros inválidos.
Parametro pje:fluxo:incidental:sempreDisparar não cadastrado na base	Problemas de validação. Deve-se verificar os parâmetros informados.
Não foi definido uma modalidade identificador de documento.	Verificar se parâmetro <b>tipoDocumento</b> contem as siglas predefinidas para a intercomunicação. Exemplo tipoDocumento="TIT" (errado); tipoDocumento="TE" (certo).
Usuário advogado não pode cadastrar advogados no polo passivo.	Se o usuário logado for um advogado, não será possível o cadastro de outro advogado no polo passivo do processo.
Erro ao autuar processo: Não há petição inicial anexada ao processo.	Verificar o tipo de documento informado.
Jurisdição não encontrada.	Informar uma jurisdição cadastrada na base de dados. Para consultar as jurisdições, utilize o serviço consultarJurisdicoes.
A classe judicial escolhida está inativa na jurisdição/localidade escolhida e não pode ser utilizada para protocolo.	Informar uma jurisdição cadastrada na base de dados. Para consultar as jurisdições, utilize o serviço consultarJurisdicoes.
Erro ao consultar o tipo do documento "<nome do documento>", erro: null	Informar um tipo de documento alfanumérico válido.
A informação de endereço das partes e seus representantes no polo ativo é obrigatória. Indique o endereço para a pessoa <nome da pessoa>.	Verificar se o endereço foi informado para a pessoa parte do polo ativo.
Parâmetro tipoPessoa não informado!	Indicar qual o tipo de pessoa (física; jurídica; autoridade; orgaorepresentacao) associada ao processo.
Documento '58-Petição inicial' sem assinatura, não é possível juntar documento sem assinatura.	Informar um conteúdo do tipo arquivo P7S convertido para Base64 que já esteja com assinatura e cadeia de certificado.
Informe o CEP com 8 posições.	Verificar a ausência ou informação incorreta do parâmetro <b>CEP</b> referente ao endereço de alguma das partes envolvidas no envio do processo.
Não foi especificado nome para a parte.	Informar um nome para a parte. Verificar o preenchimento do parâmetro <b>nome</b> de um dos polos.
Tipo de arquivo informado não confere com seu conteúdo. O conteúdo é do tipo application/octet-stream e o tipo informado é application/pdf.	O erro ocorre quando é trocado algum caractere do parâmetro conteúdo.
Parâmetro codigoDocumento não informado!	Informar o parâmetro <b>codigoDocumento</b> , vinculado ao tipo de pessoa.

Parâmetro emissorDocumento não informado!	Informar o parâmetro <b>emissorDocumento</b> .
Não foi definido um nome para o representante processual.	Informar no parâmetro um representante processual.
Assuntos processuais não informados.	O assunto processual é obrigatório para o peticionamento. Indicar o código por meio do parâmetro <b>codigoNacional</b> .
Classe processual não informada.	Informar a classe judicial.
A prioridade "<nome da prioridade processual>" não existe e não pode ser utilizada.	Informar uma prioridade existente na base de dados. Utilize o serviço consultarPrioridadeProcesso.
O arquivo 'Petição inicial' do tipo 'text/html' não é permitido.	Verificar o tipo de documento informado.
O arquivo '<nome do arquivo>.html' do tipo 'text/html' não é permitido.	Verificar o tipo de documento informado.
Falha na validação da assinatura do documento, verifique se o certificado foi enviado no formato válido e se a assinatura está no formato base64, erro: assinatura não corresponde aos dados do certificado.	Informar uma assinatura válida para o documento.
O arquivo 'Petição inicial' do tipo 'application/octet-stream' não é permitido.	Informar um tipo de arquivo válido. Verifique o parâmetro <b>mimetype</b> .
Polos processuais não informados.	Informar os polos.
Documentação não informada.	Os documentos são obrigatórios na criação do processo. Indicar os parâmetros que enviam os dados dos documentos processuais.
Tipo de documento inválido para esta manifestação: <id do tipo de documento>	Consultar quais documentos podem ser enviados pelo papel utilizado. Para consultar, utilizar o serviço consultarTiposDocumentoProcessual.
Dados básicos ou número do processo para peticionamento intermediário não informados.	Verificar os parâmetros obrigatórios para criação de processo.
A autoridade <nome> não está vinculada a nenhuma pessoa jurídica.	Informar a PJ vinculada a autoridade, usando os parâmetros: <b>&lt; Pessoa Vinculada nome="Pessoa Vinculada" numeroDocumentoPrincipal="09.189.499/0001-00" tipoPessoa="juridica"/&gt;</b>
CPF com número de dígitos diferente de 11.	Verificar se o parâmetro <b>tipoPessoa</b> condiz com o numero informado em <b>numeroDocumentoPrincipal</b> .
CNPJ com número de dígitos diferente de 14.	Verificar se o parâmetro <b>tipoPessoa</b> condiz com o numero informado em <b>numeroDocumentoPrincipal</b> .
Selecione ao menos um endereço para a pessoa '<nome da parte>'.	Os parâmetros de endereço são obrigatórios.
O documento não foi anexado.	Verificar se há documento anexado, ou se há alguma quebra de linha no conteúdo ou na assinatura, ou se o documento está com os dados de assinatura.
Documento <nome do documento>' sem assinatura, não é possível juntar documento sem assinatura.	Verificar a assinatura do documento.
Não foram encontrados expedientes pendentes de ciência.	Informar um idConsultante de um consultante que possua expedientes pendentes de ciência.
A senha foi bloqueada. Solicite uma nova senha para efetuar o desbloqueio.	Solicitar uma nova senha.

Disponível em "[https://www.pje.jus.br/wiki/index.php?title=Tutorial\\_MNI&oldid=25129](https://www.pje.jus.br/wiki/index.php?title=Tutorial_MNI&oldid=25129)"

- Esta página foi modificada pela última vez às 19h14min de 16 de março de 2018.
- Esta página foi acessada 650 855 vezes.